



FOTO ADOBE STOCK

Plano Amazônia: três anos de conquistas, aprendizados e desafios

Setembro de 2023

Contextualização

Em 2019, o secretário-geral da ONU, António Guterres¹, disse estar “profundamente preocupado” com a Amazônia, alertando para os riscos de um agravamento dos danos ao bioma, em meio à crise climática global. A maior floresta tropical do mundo, que abriga mais da metade da biodiversidade do planeta, enfrentava um aumento alarmante de queimadas e desmatamento. Diante da relevância da região, em julho de 2020, os bancos Bradesco, Itaú Unibanco e Santander uniram forças para lançar o **Plano Amazônia**, uma iniciativa que nasceu com o objetivo de desenhar e colocar em prática estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável da região. Agora, em seu terceiro aniversário, o Plano Amazônia celebra uma jornada marcada por avanços.

Desde o princípio, era evidente a enormidade do desafio de criar incentivos econômicos que favorecessem a floresta amazônica em pé, permitindo a geração de valor econômico e financeiro. Alicerçado nesse propósito, o Plano Amazônia deu então início a um processo consultivo, envolvendo um amplo espectro de cientistas, organizações governamentais e não-governamentais, líderes comunitários e outros agentes fundamentais nesse debate. Parceria, nesse caso, era a palavra-chave.

Com o apoio de um time de especialistas de renome – Carlos Nobre, Denis Minev, Izabella Teixeira, Adalberto Val, Adalberto Verissimo, André Guimarães e Tereza Vendramini, reunidos em um Conselho Consultivo, os bancos tiveram acesso a análises abrangentes dos desafios, dinâmicas, potencialidades, riscos e oportunidades no contexto da Amazônia. Tais orientações embasaram a definição de estratégias de atuação, delineando dez medidas a serem adotadas. Dessas, quatro foram priorizadas: indústria frigorífica e seu impacto no desmatamento; fomento de culturas sustentáveis; regularização fundiária; e promoção da bioeconomia.

¹ <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1684351>

Entregas

Em relação à **indústria frigorífica e desmatamento**, a medida teve como objetivo engajar os frigoríficos com atuação na Amazônia para que promovam o rastreamento de suas cadeias de fornecimento, de modo que estejam livres de desmatamento ilegal até 2025, como um requisito fundamental para a obtenção de crédito.

Esse projeto inspirou a Febraban na criação de um **normativo de autorregulação**, aplicável a todos os bancos aderentes ao sistema de autorregulação bancária da Febraban, cujo principal objetivo é evitar o desmatamento ilegal de fornecedores diretos e do primeiro nível de fornecedores indiretos, em que está concentrada a maior parte dos registros de desmatamento. Esse protocolo passou a orientar as políticas de cada instituição para a cadeia de carnes.

“O engajamento setorial para fomentar as boas práticas de produção e conservação na Amazônia é essencial para ampliar o impacto das iniciativas. O Plano Amazônia é inovador na medida em que define uma estratégia comum para um grupo de bancos, em seus negócios no Bioma. Serviu de inspiração, inclusive, para a elaboração do normativo de Autorregulação Febraban para gestão do risco de desmatamento na cadeia de carnes.”

Amaury Oliva, Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Febraban

Na medida voltada ao **financiamento a culturas sustentáveis**, os bancos, de forma independente, fomentaram linhas de crédito para empreendedores que se propuseram a manejar, cultivar, extrair, beneficiar e comercializar produtos de origem amazônica, adotando práticas de produção sustentável. Para direcionar estes negócios, foi necessário estruturar e refinar o conceito de culturas sustentáveis, a partir de critérios validados conjuntamente com ONGs e parceiros técnicos.

Um exemplo de investimento bem-sucedido foi o financiamento conjunto à primeira balsa-fábrica destinada ao processamento do açaí, da empresa Transportes Bertolini. Ao levar a atividade industrial para perto dos produtores de comunidades ribeirinhas, a operação reduziu a dependência de intermediários para o escoamento da produção extrativista da população ribeirinha, resolveu questões relacionados à logística e à rápida degradação dos frutos após colheita. Com a balsa, os produtores locais vendem o açaí diretamente, tendo garantia de comercialização de toda a produção, a um preço de venda melhor.

Na medida de **regularização fundiária**, os bancos, colaboraram com os escritórios jurídicos Machado Meyer, Mattos Filho e Pinheiro Neto Advogados para realizar um [amplo estudo](#)² sobre legislações vigentes nos nove estados da chamada Amazônia Legal, possibilitando maior entendimento sobre a

² <https://banco.bradesco/assets/common/pdf/plano-amazonia-regularizacao-fundiaria.pdf>

problemática da região. O trabalho teve como objetivo explorar e aprofundar a compreensão do arcabouço jurídico da questão da legalização do uso do solo, sem a qual torna-se quase impossível vislumbrar uma solução de escala para o desenvolvimento sustentável da região. A regularização fundiária envolve superar vários desafios, como a confiabilidade de bases de dados territoriais já existentes, que resultam em restrições à atuação do setor bancário na concessão de crédito para os produtores.

Em **bioeconomia**, o Plano Amazônia buscou endereçar alguns dos principais gargalos estruturais que limitam o crescimento do ecossistema de inovação e negócios nesse setor, que ainda é incipiente e carece de capacidade de escala.

“A parceria com o Plano Amazônia e seus protagonistas, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander, foi fundamental para a Jornada Amazônia dar um salto rumo ao seu primeiro ciclo em escala, que irá proporcionar a expansão do atendimento nos programas Gênese, Sinapse da Bioeconomia e Sinergia e de outros mecanismos de promoção ao empreendedorismo inovador que estão no nosso escopo. Nosso propósito é contribuir para a competitividade da floresta em pé, por meio de uma ampla plataforma de suporte à inovação em bioeconomia. Nesse sentido, o Plano Amazônia está contribuindo para a viabilização desse objetivo, não apenas financeiramente, mas também atuando de maneira propositiva na governança da Plataforma e na articulação com outros atores importantes para o ecossistema de empreendedorismo inovador na Amazônia.” **Marcos Aurelio da Re, Diretor de Economia Verde da Fundação Certi e Coordenador Estratégico da Jornada Amazônia**

Junto ao Fundo Vale, os bancos apoiaram financeiramente a Plataforma Jornada Amazônia, criada e gerida pela Fundação Certi, voltada à inovação em negócios na Amazônia.

*Segundo **Gustavo Luz, Diretor Executivo Fundo Vale**, “nenhuma mudança estrutural na Amazônia será possível sem a parceria e engajamento de vários setores da sociedade. A adesão dos membros do Plano Amazônia como cofinanciadores da Plataforma Jornada Amazônia foi estratégica para que esta iniciativa ampliasse sua escala de impacto, originalmente construída com suporte de recursos de organizações filantrópicas, como o Fundo Vale. Trata-se de um programa que busca impulsionar negócios ligados à bioeconomia e inovação no bioma, criado e implementado pela Fundação Certi, e um exemplo concreto de impacto coletivo. A troca de experiências e conhecimento de diferentes perspectivas gerado a partir das interações na Jornada Amazônia, em busca de soluções sistêmicas para manter a floresta em pé, é algo supervalioso para a agenda de inovação e bioeconomia amazônica”.*

Até 2025, a iniciativa almeja: capacitar 3 mil talentos em empreendedorismo inovador; apoiar a criação de 200 startups em um programa de pré-aceleração; qualificar 100 startups em um programa de aceleração; e facilitar o investimento em equity em 30 startups por meio de um fundo de micro-Corporate Venture Capital, gerido pela Darwin Startups. Também objetiva apoiar o fortalecimento de pelo menos dez organizações do ecossistema local, incluindo venture builders, aceleradoras e

incubadoras, para que possam prover melhor suporte ao ecossistema de startups; e o desenvolvimento do projeto Gêmeo Digital, que inclui modelos de mercado e marketplaces para três produtos vinculados à floresta.

Adicionalmente, os bancos financiaram um [estudo](#)³ liderado pelo professor Salo Coslovsky, da Universidade de Nova York, sobre o potencial do cultivo de culturas sustentáveis e gargalos nas cadeias produtivas, sendo o cacau a primeira cadeia analisada. O intuito é promover o surgimento e expansão de negócios que estimulem a manutenção da floresta em pé, trazendo ainda soluções para desafios setoriais que limitam o crescimento das atividades ligadas à bioeconomia na região.

Próximos passos

À medida que o aniversário de três anos do Plano Amazônia se aproximava, os bancos refletiram sobre os aprendizados e consolidaram as dez medidas iniciais em três objetivos estratégicos, garantindo maior foco e robustez às entregas: **(i) conservação florestal; (ii) fomento à bioeconomia e (iii) acesso à conectividade**. Conectividade passa a ser um novo foco, uma vez que os bancos se depararam com um problema crônico para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: o acesso restrito à internet de qualidade. Segundo dados da Pnad (2022)⁴, apenas 55% dos moradores de áreas urbanas e 45% dos moradores de áreas rurais da Amazônia Legal tem acesso à internet banda larga. Esses números são, respectivamente, 20 e 18 pontos percentuais menores que no restante do país. Contribuir com a resolução desse problema permitirá que comunidades que vivem na região tenham melhor acesso à educação, saúde, inclusão produtiva, bancarização, entretenimento e até mesmo maior capacidade de alertar as autoridades sobre desmatamentos e atividades ilegais.

Recentemente, o Banco Mundial⁵ ressaltou os enormes benefícios que a conservação do bioma Amazônia pode trazer para a sociedade – R\$ 1,5 trilhão por ano, em sua estimativa mais conservadora – frente aos benefícios que seriam obtidos do desmatamento e conversão de terras para a exploração a produção agrícola, extração de madeira e de minerais – R\$ 490 bilhões anuais que, neste caso, seriam a estimativa mais otimista. É evidente que optar pelo desenvolvimento sustentável com a manutenção das florestas é a melhor opção, a qual exigirá esforços redobrados e concertados entre as autoridades públicas, o setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais, levando em consideração as características específicas da região, seus povos, e as suas dinâmicas social, ambiental e econômica.

³ <https://amazonia2030.org.br/oportunidades-para-a-producao-de-cacau-na-amazonia-brasileira/>

⁴ https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AMZ2030_Solucoes-Digitais.pdf

⁵ <https://www.estadao.com.br/economia/amazonia-em-pe-valor-banco-mundial/>